



Garimpo ilegal em terras indígenas subiu 1.217% em 35 anos

CGU contabiliza 234 casos de sigilo a serem revisados

Página 6

Torres diz que não sabe quem redigiu minuta de decreto apreendida

Página 3

STF mantém prorrogação da Lei Paulo Gustavo até dezembro de 2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por maioria, a prorrogação do repasse de recursos para apoiar o setor cultural até o dia 31 de dezembro deste ano. Os recursos estão previstos na Lei Paulo Gustavo.

A decisão do Plenário foi tomada em julgamento virtual realizado na quinta-feira (2) e referendou liminar que já havia sido deferida pela ministra Cármen Lúcia, em dezembro do ano passado. O único voto contrário foi do ministro André Mendonça.

Cármen Lúcia atendeu ação apresentada pela Rede Sustentabilidade contra a Medida Provisória 1.135/2022, que adiava socorro da União ao setor cultural e de eventos em razão dos impactos da pandemia de Covid-19. A MP foi suspensa, em novembro de 2022, pelo STF, mantendo a obrigatoriedade dos repasses da União aos estados e municípios com destino ao setor cultural.

No entanto, na ação, a Rede Sustentabilidade argumenta que o governo federal não repassou recursos em tempo hábil para apoiar o setor ainda em 2022. Desta forma, a ministra do STF aceitou o pedido para assegurar o apoio financeiro no decorrer de 2023. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Sábado: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã Tarde Noite

Domingo: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,13
Venda:	5,13
Turismo	
Compra:	5,16
Venda:	5,30
EURO	
Compra:	5,55
Venda:	5,55

Carnaval de rua de São Paulo terá mais de 500 desfiles



Foto: Edson Lopes / Jir Prefeitura de SP

O carnaval de rua da cidade de São Paulo terá 511 desfiles autorizados, conforme anúncio feito na quinta-feira, (2) pela prefeitura. A maior parte dos blocos vai sair na zona oeste, onde estão previstos 145 desfiles, e no centro, com 121 blocos. A festa engloba o pré-carnaval, nos dias 11 e 12 de fevereiro, e o pós-carnaval, nos dias 25 e 26 de fevereiro, além do feriado prolongado de 18 a 21 do mesmo mês.

A estimativa da prefeitura é que a festa deste ano supere as 15 milhões de pessoas que estiveram nas ruas da capital paulista em 2020. “As pessoas estão com muita vontade de brincar depois da pandemia de Covid-19”, ressaltou o secretário. Página 2

Esporte

Tatiana Weston-Webb já está nas quartas de final do Billabong Pro Pipeline no Havaí

Depois de um dia só de baterias da categoria masculina, a quinta-feira ficou só as mulheres competirem nas ondas de 4-6 pés de Pipeline e Backdoor no Havaí. Foram realizadas a primeira fase, a repescagem e as oitavas de final, com a brasileira Tatiana Weston-Webb sendo uma das classificadas para as quartas de final do Billabong Pro Pipeline. Foi um dia de muitas surpresas e a nova geração se destacou, deixando a octacampeã mundial Stephanie Gilmore e a também experiente Courtney Conlogue em último lugar no primeiro desafio do ano.

Mas, Tatiana Weston-Webb confirmou o favoritismo contra a portuguesa Teresa Bonvalot e vai disputar com a bicampeã mundial Tyler Wright, a segunda vaga para as semifinais da etapa que abre o World Surf League Championship Tour 2023 e o ciclo olímpico para os Jogos de Paris 2024. A seleção brasileira tem mais nove surfistas na terceira fase masculina do Billabong Pro Pipeline, que está sendo transmitido pelo WorldSurfLeague.com e pelos canais SporTV e Globoplay.

A próxima chamada para as duas categorias será na sexta-feira às 7h45 no Havaí, 14h45 no Brasil. Na quarta-feira, Miguel Pupo competiu na primeira bateria do dia e o mesmo aconteceu na quinta-feira, com Tatiana Weston-Webb abrindo a temporada feminina em Pipeline. A bateria foi fraca de ondas, com a maioria fechando rápido e a brasileira buscou os tubos nas direitas do Backdoor. Mas, conseguiu avançar direto para as oitavas de final, com os 4,84 pontos que totalizou. A norte-americana Caroline Marks venceu por 6,36 e Teresa Bonvalot ficou em último, com apenas 2,04 nas duas notas computadas.

A portuguesa depois passou pela repescagem, derrotando a também jovem australiana Isabella Nichols, com ambas eliminando a experiente Courtney Conlogue. A nova geração já tinha surpreendido no confronto anterior, com as norte-americanas Caitlin Simmers de 17 anos e Alyssa Spencer de 19, deixando a octacampeã mundial Stephanie Gilmore em último lugar no Billabong Pro Pipeline. A australiana completou 35 anos de idade no domingo e já perdeu a lycra amarela de número 1 do ranking, para quem vencer no Havaí.

Após o término da repescagem, foi iniciada as oitavas de final no sistema “overlapping heats”, com duas baterias de 40 minutos de duração, sendo realizadas simultaneamente. Outra surpresa aconteceu logo no segundo duelo, com a “Rainha de Pipeline” sendo barrada pela californiana Lakey Peterson. A havaiana Moana Jones Wong ganhou a primeira etapa completa do CT feminino nos tubos de Pipeline no ano passado, mas dessa vez terminou em nono lugar.

As duas chegaram a dividir o “line up” com Tatiana Weston-Webb, que disputou o confronto seguinte com a portuguesa Teresa Bonvalot. A brasileira também está na história de Pipeline, por ter vencido a primeira bateria do CT feminino no maior palco do esporte em 2021, na continuação da etapa iniciada na ilha de Maui. No ano passado, Tati perdeu nas oitavas de final para a própria Moana Jones, mas agora avançou derrotando a portuguesa Teresa Bonvalot por 9,10 a 5,00 pontos.

“Eu sabia que ia ser uma bateria difícil, então tentei me manter ativa desde o início. A Teresa (Bonvalot) é uma excelente surfista e eu estava torcendo pra ela ganhar uma vaga no CT, mas não conseguiu infelizmente”, disse Tatiana Weston-Webb. “Eu sabia que teria uma chance de vencer, se eu pegasse uma onda boa de backside e acabou dando tudo certo. Nessas férias eu consegui passar bastante tempo com meu marido (Jessé Mendes), me divertindo, curtindo a vida. Mas, voltei a treinar forte mais cedo esse ano, porque tenho minhas metas para 2023. Quero me qualificar para as Olimpíadas, para representar bem o Brasil e manter minha consistência no CT. Sei que sou uma boa surfista e confio no meu talento”.



Foto: @WSL / Tony Heff

Tatiana Weston-Webb buscou os tubos nas direitas do Backdoor

do pra ela ganhar uma vaga no CT, mas não conseguiu infelizmente”, disse Tatiana Weston-Webb. “Eu sabia que teria uma chance de vencer, se eu pegasse uma onda boa de backside e acabou dando tudo certo. Nessas férias eu consegui passar bastante tempo com meu marido (Jessé Mendes), me divertindo, curtindo a vida. Mas, voltei a treinar forte mais cedo esse ano, porque tenho minhas metas para 2023. Quero me qualificar para as Olimpíadas, para representar bem o Brasil e manter minha consistência no CT. Sei que sou uma boa surfista e confio no meu talento”.

TATIANA X TYLER - A próxima adversária de Tatiana Weston-Webb em Pipeline é a bicampeã mundial Tyler Wright, que venceu a oitava de final australiana com Sally Fitzgibbons, por 10,24 a 7,27. Tati e Tyler já se enfrentaram 22 vezes em etapas do CT e o placar está 12 a 10 para a australiana, mas a brasileira ganhou as quatro últimas baterias que elas disputaram. A última foi na grande final do Corona Open J-Bay no ano passado na África do Sul, quando Tatiana fez o maior placar feminino da temporada 2022, 17,50 pontos somando notas 9,00 e 8,50 com

A mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia Legal aumentou 1.217% nos últimos 35 anos. De 1985 para 2020, a área atingida pela atividade garimpeira passou de 7,45 quilômetros quadrados (km²) para 102,16 km².

De acordo com um estudo elaborado por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, dos Estados Unidos, quase todo o garimpo ilegal (95%) fica em apenas três terras indígenas: a Kayapó, a Mundurucu e a Yanomami. Os resultados do trabalho foram publicados na

revista Remote Sensing.

Para identificar as regiões de mineração, os pesquisadores aproveitaram dados fornecidos pelo Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas). O MapBiomas reúne imagens obtidas por satélites, com resolução espacial de 30 metros.

Uma das limitações da ferramenta, porém, é que, embora haja precisão para distinguir áreas de floresta de perímetros de mineração, ela não serve para reconhecer, por exemplo, uma região menor, em que o garimpo acontece. Página 3

CTNBio aprova biossegurança de vacina contra a dengue

Página 4

Serviços de acolhimento e convivência da rede socioassistencial contribuem para a mudança de vida dos atendidos

A rede socioassistencial da Prefeitura dispõe de serviços de acolhimento e convivência que trabalham intensamente todos os dias, em

todas as regiões da cidade no processo de autonomia, garantia de direitos e qualidade de vida de seus acolhidos e atendidos. Página 2

Carnaval de rua de São Paulo terá mais de 500 desfiles

O carnaval de rua da cidade de São Paulo terá 511 desfiles autorizados, conforme anúncio feito na quinta-feira, (2) pela prefeitura. A maior parte dos blocos vai sair na zona oeste, onde estão previstos 145 desfiles, e no centro, com 121 blocos. A festa engloba o pré-carnaval, nos dias 11 e 12 de fevereiro, e o pós-carnaval, nos dias 25 e 26 de fevereiro, além do feriado prolongado de 18 a 21 do mesmo mês.

A estimativa da prefeitura é que a festa deste ano supere as 15 milhões de pessoas que estiveram nas ruas da capital paulista em 2020. “As pessoas estão com muita vontade de brincar depois da pandemia [de Covid-19]”, ressaltou o secretário municipal de Subprefeituras, Alexandre Mo-

donezi. Ele disse, no entanto, que só será possível ter um número final de público após a festa.

Descentralizado

Segundo a prefeitura, foi feito um esforço para incentivar o carnaval fora da região central da cidade. De acordo com Mo- donezi, 48,9% dos blocos devem desfilar nos bairros e áreas periféricas da cidade. “Isso representa exatamente essa descentralização e esse incentivo da cidade aos blocos de carnaval na periferia”, disse. Estão previstos para a zona leste, 68 blocos; na zona sul, 101; e na zona norte, 76.

No final do ano passado, a Secretaria Municipal de Cultura lançou um edital de R\$ 3 milhões para apoiar 300 blocos.

De acordo com a titular da pasta, Aline Torres, o objetivo foi justamente fortalecer os grupos periféricos, que não tem acesso a patrocínio. “Ele foi pensado justamente para que a gente consiga fazer um fomento de ajuda para esses blocos, até porque eles ficaram dois anos sem carnaval e sem atividades. Muitos desses blocos fazem festas comunitárias”, explicou.

Conforme a secretária, os blocos de carnaval ocupam um espaço cada vez maior na cena cultural e social da capital paulista. “A gente tem um entendimento também da maneira como as escolas de samba se criaram

na cidade de São Paulo e hoje são um braço sociocultural da cidade, muitos blocos também fazem essa função. Os grandes fazedores do carnaval, esses blocos tradicionais, periféricos, que fazem oficinas de percussão com os jovens da periferia, que fazem esse trabalho social, durante os dois anos de pandemia foram muito prejudicados”, acrescentou.

Para garantir que os grupos conseguissem acessar os recursos, a secretária disse que foi oferecida formação para ajudar os representantes dos blocos a se inscreverem na premiação. Um procedimento que deve ser

aplicado, de acordo com ela, em outras ações da pasta. “Uma grande missão da secretaria em 2023 é fazer formação para que cada vez mais grupos, coletivos e blocos carnavalescos consigam participar dos nossos fomentos”.

O dinheiro do edital de apoio aos blocos, no entanto, ainda não foi liberado. De acordo com Torres, a previsão é que os recursos estejam disponíveis para os grupos nos próximos dias.

Os chamados megabloques, que reúnem mais de 40 mil pessoas, devem desfilar em seis pontos da cidade: na Rua da Consolação (região central); na

Rua Luís Dumont Villares (zona sul); no Parque do Ibirapuera (zona sul); na Avenida Faria Lima (zona oeste); na Avenida Marquês de São Vicente (zona norte) e na Rua Laguna (zona sul).

Nesses pontos e em todos os locais onde estão previstos desfiles, a Polícia Militar informou que irá reforçar o policiamento, aumentando as escalas e deixando todo o contingente, inclusive aquele que normalmente desempenha funções administrativas, de sobreaviso.

Haverá ambulâncias e leitos hospitalares para garantir o atendimento médico, caso necessário, aos foliões. (Agência Brasil)

Capital publica lista dos contemplados com alvarás de táxis para condutoras do gênero feminino e PCDs

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM) e do Departamento de Transportes Públicos (DTP), realiza mais uma etapa dos sorteios de 5 mil alvarás de estacionamento de táxis na cidade. Foram publicadas na sexta-feira (03/02), no Diário Oficial da Cidade, as listas de contemplados para licenças de táxis para condutores com deficiência (PCD) e para condutoras do gênero feminino.

Além disso, ainda nesta sexta, a partir das 11h, será realizado o sorteio de alvarás para profissionais que desejam trabalhar com carros elétricos ou híbridos. No total, o DTP recebeu 13.797 inscrições entre os dias 2 e 20 de janeiro, quando o prazo foi encerrado. Toda documentação enviada pelos taxistas é analisada e os resultados estão sendo divulgados de acordo com a categoria selecionada pelo taxista. Há 500 licenças para condutores com deficiência (PCD); 1.500 aos motoristas que comprovem maior tempo em exercício na profissão no município de São Paulo (vinculado a um alvará); 1.500 para motoristas do gênero feminino; e 1.500 para profissionais que

desejam trabalhar com carros elétricos ou híbridos.

A lista de contemplados no sorteio de licenças para táxis para condutores com deficiência foi divulgada no Diário Oficial da Cidade e no site da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM).

Não houve sorteio, pois o número de inscritos que atendem ao requisito do edital e estão habilitados para as licenças (180 candidatos) não excede a quantidade de alvarás de estações de táxi disponíveis (500 vagas).

Lista de contempladas do gênero feminino

A lista das 1.500 condutoras contempladas no sorteio de alvarás de estacionamento de táxi para motoristas do gênero feminino também foi disponibilizada no Diário Oficial e no site da SETRAM.

No total, 1.613 condutoras se inscreveram para concorrer a uma das licenças e o sorteio ocorreu na quinta-feira (02/03) e houve a possibilidade de acompanhamento do certame presencialmente no DTP e também de forma online.

O sorteio para as 1.500 licenças para táxis híbridos e elétricos

será realizado às 11h desta sexta-feira (03/02), na Sala de Treinamento A do DTP, localizada na Rua Joaquim Carlos 655, Pari. Link para acompanhamento online. O link ficará ativo apenas durante o evento. No total, 2.015 taxistas se inscreveram para concorrer a uma das licenças.

Sessenta pessoas poderão acompanhar presencialmente o certame, sendo 30 vagas para representantes de classe dos taxistas, auditores e autoridades; além de outras 30 vagas para o público em geral, por ordem de chegada, e por meio de distribuição de senhas. Os sorteios também podem ser acompanhados de forma online.

Os taxistas contemplados deverão agendar atendimento presencial no DTP, ou solicitar o serviço por meio de e-mail, para iniciar os procedimentos necessários para a expedição do alvará de acordo com as datas estipuladas no edital de sorteio de cada categoria (veja abaixo as datas).

No caso de alvarás de estacionamento remanescentes dos certames – seja pela falta de candidatos ou por taxistas contemplados que não comparecerem ao DTP no período estabelecido – as vagas serão redistribuídas

em um novo edital de sorteio.

Lista de inscritos com ranking dos contemplados até 28/02/2023 será publicada no Diário Oficial da Cidade a lista de contemplados, será ordenada conforme o ranking de classificação do taxista com maior tempo em exercício para o menor tempo em exercício da atividade profissional na cidade de São Paulo;

Período para questionamentos e recursos: 01/03/23 a 07/03/23. Os candidatos interessados em apresentar questionamentos referentes à contagem do prazo de atividade vinculado a um alvará de estacionamento poderão fazê-lo através do e-mail institucional sorteioalvarataxi@prefeitura.sp.gov.br;

Período de análise dos recursos e publicação em Diário Oficial: até 15/03/23;

Período de agendamento e comparecimento no DTP para inclusão do veículo e emissão do alvará: 20/03/23 a 18/06/23. Deve ser realizado agendamento prévio no portal de agendamento eletrônico do DTP (agendamento dtp.prodiam.sp.gov.br), ou por meio do endereço eletrônico sorteioataxi2022@prefeitura.sp.gov.br

Governo acompanha ações de acolhimento na volta às aulas da rede estadual

O governador Tarcísio de Freitas e o secretário da Educação, Renato Feder, acompanharam na sexta-feira (3) a volta às aulas na Escola Estadual Professor Rômulo Pero, na zona norte da capital. Ao todo, 3,3 milhões de estudantes retornaram às salas de aula das mais de 5,3 mil escolas da rede estadual de São Paulo. Em todo estado, alunos foram recebidos com atividades de acolhimento que promovem inclusão e integração nas primeiras semanas do ano letivo.

“É um momento muito legal da vida. Momento que você faz amizades que são para a vida toda. Até hoje, quando passo pelas escolas que estudei eu sinto saudades. Tenho um carinho muito especial pelas escolas”, afirmou o Tarcísio de Freitas. A escola visitada por Tarcísio e Feder preparou uma série de atividades para realizar a escola ativa dos novos estudantes, além de ações que auxiliam no reconhecimento do protagonismo escolar. Entre elas, a dinâmica Escalada do Ensino médio, na qual cada aluno registra um sonho em papel e dialoga com os colegas sobre as metas que podem auxiliá-lo nessa conquista.

O governador Tarcísio de Freitas também destacou a importância em reforçar as atuais

unidades de ensino em tempo integral. “Estamos focados em fortalecer, investir e qualificar essas que já existem. Temos um desafio adicional que é incluir o ensino profissionalizante, transformando as escolas de ensino médio em centros de formação profissional”.

A secretaria da Educação também trabalha para aprimorar as demais unidades da rede, tornando-as mais atrativas aos estudantes da rede, com novas propostas pedagógicas e tecnológicas. “Ainda no primeiro semestre queremos que os alunos se dirijam aos computadores para estudar português, matemática, estudar inglês e programação de

computador”, disse o secretário de Educação, Renato Feder.

O primeiro semestre vai até 30 de junho e o recesso do meio do ano até 24 de julho, sendo o último dia dedicado a mais um momento de planejamento. O segundo semestre começa no dia 25 de julho e se encerra ao final do ano letivo em 15 de dezembro.

A partir do primeiro dia letivo cada unidade entrega o material diretamente aos estudantes. Para esse ano a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) investiu mais de R\$ 122 milhões para aquisição dos kits que variam conforme o ciclo do aluno.

computador”, disse o secretário de Educação, Renato Feder.

O primeiro semestre vai até 30 de junho e o recesso do meio do ano até 24 de julho, sendo o último dia dedicado a mais um momento de planejamento. O segundo semestre começa no dia 25 de julho e se encerra ao final do ano letivo em 15 de dezembro.

A partir do primeiro dia letivo cada unidade entrega o material diretamente aos estudantes. Para esse ano a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) investiu mais de R\$ 122 milhões para aquisição dos kits que variam conforme o ciclo do aluno.

Serviços de acolhimento e convivência da rede socioassistencial contribuem para a mudança de vida dos atendidos

A rede socioassistencial da Prefeitura dispõe de serviços de acolhimento e convivência que trabalham intensamente todos os dias, em todas as regiões da cidade no processo de autonomia, garantia de direitos e qualidade de vida de seus acolhidos e atendidos. As ações são realizadas por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). São feitas atividades voltadas a cada público de diferentes tipologias, além do trabalho diário dos orientadores sociais de cada serviço.

O Centro de Acolhida (CA) ‘Guaianases II’, localizado em Guaianases, zona leste da Capital, com 220 vagas, é um dos

exemplos desse trabalho visando a autonomia. Rubens Geraldino (65) e Antônio Andrade (57) estavam acolhidos no CA ‘Guaianases II’ e deixaram o serviço no final de 2022 por terem conquistado suas próprias moradias.

Desde que foi acolhido no serviço, Antônio sempre evidenciava sua vontade de mudar de vida. Hoje, vivendo em sua moradia própria, Antônio colhe frutos de sua perseverança e demonstra gratidão pelo apoio de todos os orientadores do CA ‘Guaianases II’. Antônio provou para si mesmo que é possível a mudança de vida, basta acreditar e lutar pelo que almeja. Sendo assim, já planeja o futuro com muito trabalho para que venham

novas conquistas.

“O apoio dos orientadores foi essencial. Eles perceberam o meu desejo de mudança de vida e me auxiliaram muito”, afirmou Antônio.

Trabalhando no CA ‘Guaianases II’ há um ano e seis meses, a orientadora social Gisele Barros (32) conta como são realizadas, com os acolhidos, as atividades no serviço, as quais Rubens e Antônio participaram enquanto estavam utilizando o serviço de acolhimento da rede socioassistencial da Prefeitura em busca da tão sonhada autonomia.

Para além da autonomia financeira, os serviços de acolhimento contribuem também com o fortalecimento de diversos

vínculos sociais, sejam eles empregatícios ou até mesmo familiares. Foi o caso de Rubens, que conquistou sua moradia própria, retornou a conviver com familiares pôde fortalecer estes laços, como conta sua irmã Rosângela Camargo (58):

A Prefeitura de São Paulo possui a maior rede socioassistencial da América Latina que conta, atualmente, com mais de 19 mil vagas de acolhimento para população em situação de rua. Dentre os serviços estão os Centros de Acolhida para População em Situação de Rua, Repúblicas para Adultos, Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua, entre outros serviços da rede.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Vereador-presidente Milton Leite (União) seguirá desfilando na passarela carnavalesca de 2023, de olho em 2024, quando deve seguir desfilando. Não será virtual vice-prefeito, mas pode ser candidato a vice...

PREFEITURA (São Paulo)
Possível maior carnaval de rua de todos os tempos, apesar dos blocos desfilantes da Covid-19, dá ao Ricardo Nunes (MDB) a condição de repetir a dose em 2024, desfilando pra um possível enredo pela sua reeleição

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Conforme antecipamos, o jornalista e deputado Zé Américo se prepara pra assumir a superintendente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC do governo federal) no Estado de São Paulo. É histórico no PT Lulista

GOVERNO (São Paulo)
Resumo do 1º mês do governo do Tarcísio (Republicanos). Já é natural candidato à Presidência 2026. Enquanto isso, tirando o mineiro Zema (Novo), uma candidatura do ex-governador (SP) Alckmin (PSB) não é natural

CONGRESSO
Senador Marcos do Val (Podemos ES) já apresentou mais versões sobre suas denúncias - de golpe de Estado do Bolsonaroismo contra Alexandre e TSE - que o cassado deputado (ALESP) ‘Mamãe Falei’ do Val, quando disse ...

(Brasil)
... que mulheres da Ucrânia - em guerra com a Rússia - “eram fáceis porque eram pobres”. O senador recuou de quase tudo o que falou, inclusive renunciar, mas o ministro Alexandre (Supremo) abriu mais um inquérito ‘eterno’

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Sobre Lula (PT) ser ou não candidato - dependendo da situação e da sua saúde - à reeleição 2026, foi um recado direto e reto pra todos os pretensos candidatos, incluindo seu vice, o ex-adversário Alckmin (ex-tucano no PSB)

PARTIDOS (Brasil)
Ainda filiado ao PL, o ex-presidente Jair Bolsonaro segue morando nos USA, mas pode usar a cidadania italiana, tanto pra morar como pra ser eleito ao parlamento do país que hoje tem um governo conservador das direitas

JUSTIÇAS (Brasil)
Enquanto situações surreais seguem rolando por aqui, como indígenas yanomamis terem ‘cidadania’ venezuelana, em Portugal o ex-governador Doria (PSDB) segue bancando eventos do seu Lide, com Supremo, STJ e TSE

ANO 31
O jornalista **Cesar Neto** publica a coluna de política < **cesarneto.com** > na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” (Câmara paulistana) e “Colar de Honra ao Mérito” (Assembleia SP), por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Garimpo ilegal em terras indígenas subiu 1.217% em 35 anos

A mineração ilegal em terras indígenas da Amazônia Legal aumentou 1.217% nos últimos 35 anos. De 1985 para 2020, a área atingida pela atividade garimpeira passou de 7,45 quilômetros quadrados (km²) para 102,16 km².

De acordo com um estudo elaborado por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, dos Estados Unidos, quase todo o garimpo ilegal (95%) fica em apenas três terras indígenas: a Kayapó, a Mundurucu e a Yanomami. Os resultados do trabalho foram publicados na revista Remote Sensing.

Para identificar as regiões de mineração, os pesquisadores

aproveitaram dados fornecidos pelo Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomias). O MapBiomias reúne imagens obtidas por satélites, com resolução espacial de 30 metros.

Uma das limitações da fermenta, porém, é que, embora haja precisão para distinguir áreas de floresta de perímetros de mineração, ela não serve para reconhecer, por exemplo, uma região menor, em que o garimpo acontece. Pelo sistema, também não é possível apontar balsas usadas pelos garimpeiros. Por essa razão, os pesquisadores ressaltam que o resultado pode estar subestimado e que talvez a área afetada seja ainda mais extensa.

A pesquisa destaca ainda que, em terras indígenas da Amazônia Legal, os garimpeiros buscam ouro (99,5%) e estanho (0,5%). A exploração se dá mais fortemente no território dos kayapó, que também convivem com o avanço de madeireiros e da siderurgia. Nesse caso, estima-se que, em 2020, a área ocupada pelos garimpeiros era de 77,1 km², quase 1.000% a mais que o registrado em 1985 – 7,2 km².

Na Terra Indígena Mundurucu, a atividade mineradora intensificou-se a partir de 2016, saltando de 4,6 km² para 15,6 km², em apenas cinco anos. O mesmo se repetiu em solo yanomami, onde o garimpo ilegal ocupava 0,1 km² em 2016 e subiu para 4,2 km² em 2010.

Os autores do estudo destacam que, em 2018, os yanomami viram a mineração ultrapassar, pela primeira vez, a marca de 2 km² e que, desde aquele ano, o aumento da ilegalidade gerou mais invasões e violações de direitos humanos.

Conforme alerta o pós-doutorando Guilherme Augusto Vero-la Mataveli, da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Inpe, o que geralmente ocorre na mineração praticada na Amazônia Legal, incluindo nas terras indígenas, é que o desmatamento precede o garimpo. Ou seja, sinais de desmatamento da floresta podem servir de indicativo para a ação de autoridades contra o garimpo ilegal. (Agência Brasil)

Moraes concede liberdade provisória a ex-comandante da PM-DF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, concedeu na sexta-feira (3) liberdade provisória ao coronel Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF).

Ele foi preso no dia 10 de janeiro por determinação de Moraes, a pedido da Polícia Federal (PF), que apontou a conivência e a omissão de autoridades locais durante os atos golpistas do dia 8 de janeiro, que resultaram na depredação dos prédios públicos da Praça dos Três Poderes.

Em sua decisão, Moraes considerou o relatório do ex-interventor federal de Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, que indica “em princípio” que Vieira não teria sido diretamente responsável pela falha das ações de segurança que resultaram nos atos criminosos. “Além de apontar que o investigado esteve presente na operação, foi ferido no combate direto aos manifestantes e não teve as suas solicitações de reforços atendidas”, diz o ministro.

“Assim sendo, [...] o panorama processual que justificou a

prisão preventiva do investigado não mais subsiste no atual momento, sendo possível conceder-lhe a liberdade provisória”, completou o ministro.

Ainda segundo Alexandre de Moraes, o relatório de Cappelli reforça as alegações do ex-comandante, em depoimento à Polícia Federal, de que até o dia 12 de dezembro de 2022, os integrantes do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército vinham executando manifestações pacíficas. Nessa ocasião, entretanto, houve tentativa de invasão ao edifício-sede da PF e outros atos crimi-

nosos, como a depredação da 5ª Delegacia de Polícia e incêndios contra veículos e ônibus.

Após esses atos, Vieira afirmou que, por duas vezes, a PM-DF tentou fazer a desmobilização do acampamento, com a atuação de cerca de 500 policiais militares, “mas não obtiveram êxito por solicitação do próprio Exército”.

Como medida cautelar, Moraes determinou que o ex-comandante está proibido de deixar o Distrito Federal sem comunicação prévia ao STF, sob pena de nova prisão preventiva. (Agência Brasil)

Houve “falha grave” no plano de segurança do dia 8 de janeiro, diz Torres

O ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, afirmou à Polícia Federal (PF) que houve “falha grave” na execução do plano operacional definido por órgãos públicos, que permitiu a ação de vândalos e golpistas que invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, no dia 8 de janeiro.

Ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, Anderson Torres está preso desde o dia 14 de janeiro, quando retornou dos Estados Unidos, para onde viajou de férias, com a família, dois dias antes do ato antidemocrático que culminou no ataque aos Três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário. O ataque causou a destruição de instalações públicas e de parte do patrimônio histórico e artístico expostos nos prédios.

Na quinta-feira (2), Torres prestou depoimento a policiais federais por quase dez horas. Ele relatou que, no dia 6 de janeiro, pouco antes de viajar, se reuniu com o comandante militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, com a secretária distrital de Desenvolvimento Social, Ana Paula Marra, e com a subsecretária de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública, Cíntia Queiroz de Castro.

Durante o encontro foi acordado que, a partir do dia 10 de janeiro, Exército e Governo do

Distrito Federal (GDF) começariam a remover as pessoas acampadas em frente ao Quartel-General do Exército, iniciando pelas pessoas “vulneráveis e moradores de rua”. O cronograma, contudo, foi atropelado pelos fatos, disse.

Segundo Torres, no mesmo dia 6, representantes das polícias Militar e Civil do Distrito Federal; Bombeiros; Departamento de Trânsito (Detran); Departamento de Estradas e Rodagem (DER); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Senado; Câmara dos Deputados; Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniram. Com base em informações da Subsecretaria de Operações Integradas do Distrito Federal, aprovaram um protocolo de ações integradas (PAI) para lidar com o ato convocado para o dia 8. A aprovação ocorreu de acordo com Torres, mesmo sem indícios de “ações radicais”.

O ex-secretário acrescentou que, uma vez aprovado, o protocolo deveria ser obrigatoriamente cumprido por todos os órgãos do Distrito Federal. Ele disse que, ao assinar o documento, observou que este continha todas as diretrizes necessárias para que os órgãos de segurança pública cumprissem com suas atribuições.

O protocolo estabelecia, por exemplo, que a PM deveria planejar e executar ações de policiamento ostensivo, preservando a ordem pública durante o ato; manter as tropas especializadas de prontidão para o caso de dis-

túrbios e não permitir o acesso de pessoas e veículos à Praça dos Três Poderes.

Ao ser questionado sobre uma declaração do governador afastado, Ibaneis Rocha, que apontou haver indícios de que o protocolo de segurança tenha sido sabotado por agentes das forças de segurança pública, Torres disse não ter nenhuma informação que corrobore a tese, mas que, certamente, houve uma “falha grave” na execução operacional do plano. Segundo ele, se tivesse sido cumprido à risca, o plano teria impedido os atos criminosos de 8 de janeiro.

Acampamento

Torres também disse que inicialmente considerou legítima a mobilização e a permanência de pessoas que rejeitavam a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na área militar, mas que, com a tentativa de invasão do dia 12 de dezembro, quando ônibus e carros foram incendiados em vias públicas da capital, ele passou a considerar o risco do acampamento - instalado no local desde 1º de novembro do ano passado - atrair criminosos. Segundo ele, isso ficou evidente com a prisão de participantes do acampamento que planejavam explodir uma bomba próximo ao aeroporto de Brasília, na véspera do Natal.

O agente federal responsável por registrar as declarações informou que Torres disse que os sucessivos crimes fizeram com que o movimento perdesse a le-

gitimidade e que só não atuou antes para desmontar o acampamento por este estar em área pertencente ao Exército, que se opunha a uma ação brusca.

“O ex-ministro mencionou que tinha postura distinta da do comando do Exército e que acabou prevalecendo, favorável à, a manutenção do acampamento”, explicou à Agência Brasil um dos advogados de Torres, Rodrigo Rocca.

O acampamento só começou a ser desmontado na manhã seguinte aos ataques de 8 de janeiro - por influência do Exército, e contrariando a intenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da própria Polícia Militar do Distrito Federal, órgãos que, inicialmente, se manifestaram a favor de prisões já no início da noite do dia 8, poucas horas após muitos dos vândalos e golpistas que invadiram os prédios públicos retornarem para a frente do quartel-general militar.

No relatório que analisa os fatores que culminaram nos fatos do dia 8 de janeiro, o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, nomeado interventor para a Segurança Pública do Distrito Federal, destacou que a Polícia Militar tentou “desconstituir” o acampamento montado no Setor Militar Urbano, na capital federal, “contudo a ação foi realizada no dia seguinte, a partir de uma ponderação do Exército brasileiro”. (Agência Brasil)

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

Ministério da Saúde recebe 1,8 milhão de doses da CoronaVac

Mais 1,8 milhão de doses da CoronaVac foram entregues na sexta-feira (3) ao Ministério da Saúde pelo Instituto Butantan. O imunizante integra o Programa Nacional de Imunizações (PNI) para a vacinação do público pediátrico no país contra a covid-19. A produção é feita a partir do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) importado da farmacêutica Sinovac, na China.

Segundo o instituto, essas doses fazem parte do quarto contrato de compra de 10 milhões de doses, feito no início de 2022. A estimativa é que, para a imunização com as duas doses previstas no esquema vacinal primário de CoronaVac para crianças da faixa etária de 3 a 5 anos, são necessárias cerca de 12 milhões de vacinas contra a doença.

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (Agência Brasil)

No primeiro contrato do

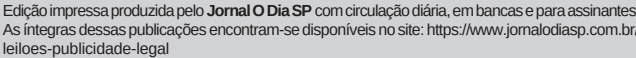
Ministério da Saúde com o Butantan, em setembro do ano passado, foram entregues 1 milhão de doses para o público infantil, após a aprovação do uso da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O segundo acordo ocorreu em novembro, com a entrega de mais 1 milhão de doses. Nesse momento, foi registrada a suspensão de vacinação pediátrica em alguns estados

por falta de imunizante.

No terceiro contrato, foram enviadas 750 mil doses no início de janeiro de 2023, já sob nova gestão no Ministério da Saúde.

Em janeiro de 2022, a CoronaVac foi aprovada pela Anvisa para a população menor de 18 anos, de 6 a 17 anos; e, em julho, o imunizante foi liberado para crianças com idade entre 3 e 5 anos. (



CNPJ nº 32.578.582/0001-84 - NIRE 35.3.0053075-6

CNPJ/ME 32.318.927/0001-60 - NIRE 35.3.0052987-1

CNPJ nº 09.276.712/0001-02 - NIRE 35.3.0035128-2

CNPJ nº 27.828.394/0001-27 - NIRE 35.3.0050448-8

CNPJ nº 03.448.808/0001-24 - NIRE nº 3530017387

[illegible]

SAO PAULO - SP

SAO PAULO , 06/02/2023

ARY ANDRE NETO

06 – 09 - 27/02/2023

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 5 DIAS.
PROCESSO Nº: 1001123-52/2019.8.26.0001. O(A) Sr(a)
JMM, Juza de Direito da 6ª Vara Civil, do Fórum
Municipal de São Paulo, vem por meio deste, citar o(a)
Sr(a) J. J. J., Sabrina Salazar Sandy Savelle,
forma de Lei, ETC, FAZ SABER A BALBINO
DIAZ DA SILVA, inscrita no CPF nº 071.187.188-0,
para que compareça ao Juízo em audiência para apresentar
o que lhe for proposta uma ação de indenização por danos
em Alenação Fiduciária por parte de Banco Itaú S/A,
A, referente ao veículo VW Kombi, 2013, Brasília/
DF, Placa F1587, já apreendida nos autos.
Caso não compareça, o Juiz poderá considerar a
efetivação e limitação, já determinada na sua CITAÇÃO,
por EDITAL, para que em 05 dias, a contar do prazo
de apresentação das razões de defesa, apresente as
processuais e honorários advocatícios ora
arbitrados em 10% sobre o valor da causa, hipótese
em que o bem se terá restituído livre de ônus, sob pena
de ser considerado o bem como bem de terceiros,
logo a propriedade e posse plena e exclusiva do
bem ao autor, ou ofereça contestação no prazo de
15 dias. No silêncio, o réu será considerado revel,
passando a ser julgado pelo mérito.
O presente edital, por extrato, afixado e publicado na
forma de lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta
cidade de São Paulo, aos 29 de agosto de 2022.

CNPJ nº 15.562.467/0001-0

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, PROCESSO Nº 0044802-12-2022.8.26.0100 (A)MM, JUIZ(a) de Direito da 38ª Var. Criminal, do Foro Central Civil, Estado de São Paulo, Dr(a) Danilo Mansano Barioni, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TURISMO SAC LATIUDA, CNPJ 61.169.400/001-00, que por este JUIZ, tramita uma ação de Cumprimento Provisório de Sentença, movida por ALEXANDRE DANTAS FRONZALIGA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513.52º. IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL, para que, no prazo de 15(quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$184.198,94 (Oitubro/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito o honorários advocatícios de 13,33 e parágrafo do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Sobre o presente edital, por extrato, affixado e publicado na forma da lei.

J - 03 de 04/02

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Judicial nº 1010955-64/2017.82.06.000. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S.A. Executado: GILBERTO FERREIRA DE CARVALHO. Objeto: EDITAL DE CITAÇÃO - PROCESSO Nº 2010955-64/2017.82.06.000. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do 1º Vara Cível, do Foro Central da Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, vem por meio do presente Edital, convocar o(a) DEBITOR(ES) do COMÉRCIO ELETRÔNICO DE COSMÉTICO, CNPJ nº 143.667.000-10 e GILBERTO FERREIRA GRES, CPF nº 83.863.280-99, que se há feito proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S.A. atbjetando o recebimento de R\$ 171.707.673,35 (dezenove milhões) decorrente da Cédula de Crédito Bancário Capital de Giro nº 010.300.879, firmada em 28/07/2016, para o pagamento em 48 parcelas consecutivas, vencendo-se a primeira em 28/10/2016. Encontrando-se os executados em mora, nos termos do art. 391 do Código de Processo Civil, e não tendo sido oferecido garantia adequada, requer-se, que, no prazo de 03 dias, paguem o débito atualizado, podendo ainda, no prazo de 15 dias, oporem embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da executada, poderão comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até seis parcelas mensais, com pena de penhora, que ficará após o decurso do prazo do presente Edital. Não sendo contestada a ação, o executado será considerado revel, e o valor será nomeado carta de crédito especial. Será expedido o competente alvará de levantamento em favor da NADA MMS. Dado e posto nesta cidade de São Paulo, em 22 de janeiro de 2023. 04 e 07 de 2023

CNPJ/MF nº 26.664.057/0001-89 - NIRE 35.3.00498

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Serlópolis, Estado de São Paulo, na Rodovia Atílio Balbo, SN, SP 322 KM 327 500, Pista Leste, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 06.908.223/0001-90, inscrita no CNPJ nº 06.908.223/0001-90 (Emissora), vem, pelo presente, **Considerando Que: (A)** foi celebrado, em 30 de novembro de 2022, contrato de compra de ações e debêntures e outras avanços entre Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Pátria") e Entrevias Conhecimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Conhecimento"), na qualidade de credores e Vici Highways do Brasil e Entrevias Conhecimento, com sede na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, Sala 42 ("Vici Highways do Brasil") na qualidade de compradora ("Contrato de Compra e Venda de Ações"); **(B)** o Contrato de Compra e Venda de Ações prevê (i) a transferência de 55% (cinquenta e cinco por cento) da participação societária indireta detida pelo FIP Pátria e pelo FIP Conhecimento na Emissora à Vici Highways do Brasil e Entrevias Conhecimento, em conjunto, e (ii) a transferência de 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis em ações emitidas pela Emissora em detrimento do FIP Pátria à Vici Highways do Brasil e/ou ao fundo ou veículo de investimento cuja finalidade seja (i.a) realizar, adquirir ou investir em instrumentos de dívida, valores mobiliários ou outros ativos financeiros originados pelo Grupo Vici, assim entendida qualquer companhia, *partnership* ou associação, responsabilidade limitada ou ilimitada, *joint venture*, *trust*, sociedade por ações, sociedade limitada, associação, organização, fundo de investimento, condomínio ou entidade (incluindo entidades sem fins lucrativos), com ou sem personalidade jurídica, direta ou indiretamente controlada pela Vici S.A., uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis francesas, registrada perante o registro comercial de sociedades de Nanterre sob o nº 552 033 006 00585 e com sede em 1973 boulevard de la Défense, 92400 Courbevoie, França (Vici S.A.), e (iii) o compromisso das partes de assinar um acordo de acionistas que regulará o exercício do controle indireto da Emissora de forma conjunta entre o FIP Pátria, o FIP Conhecimento e a Vici Highways do Brasil, bem como as hipóteses em que eventualmente o exercício do controle indireto da Emissora será exclusivamente exercido pela Vici Highways do Brasil (a "Operação Societária"); e **(C)** tendo em vista a intenção das partes em (i) realizar a Operação Societária, e, consequentemente, (ii) aditar o Instrumento Particular de Compra e Venda de Debêntures, celebrado entre FIP Pátria e Infraestrutura de Investimentos e Participações II S.A. ("IPI II"), em 27 de fevereiro de 2018 ("Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis"), para (ii) que tenha como partes a Vici Highways do Brasil e/ou o Fundo, o FIP Pátria, o FIP Conhecimento ou qualquer de suas controladas, afiliadas e/ou os fundos geridos ou administrados pelo Pátria Investimentos Ltda. e/ou suas afiliadas, bem como (iii) alterar as Cláusulas 2.2 e 2.3 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis, para possibilitar a venda das debêntures emitidas no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis da Emissora ("Debêntures Conversíveis") à Vici Highways do Brasil e/ou ao Fundo; informar que **FICAD CONCORDADOS** os titulares das Debêntures Conversíveis da Vici Highways do Brasil e/ou do Fundo, e os titulares das Debêntures Conversíveis com Garantia Real, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Estorços Restritos, da Emissora ("Debenturistas", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a serem reuniram-se em Assembleia Geral e Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula IX da "Escrição Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Estorços Restritos, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.", celebrada em 01 de março de 2018, entre a Emissora e a Vortex Capital, e a Subscritora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), conforme aditada de tempos em

Microsoft Teams (AGD), com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora, com cópia para o Agente Fideiúscuro e os Debituristas habilitados nos termos deste Edital de Convocação, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (**"Resolução CVM 81"**) para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

I) A anuidade prévia, para a alteração do controle acionário da Emisora, em virtude da realização da Operação Societária realizada pelo Grupo Fideiúscuro, conforme disposto na Instrução de Voto à Distância nº 6, emitida pela Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CVM), no âmbito da Operação Societária automática das Debituristas, nos termos da Cláusula 6.2.7.1.; (ii) a Escritura de Emissão; (III) Sendo aprovado o item anterior, a concessão de anuidade prévia por, no contexto da Operação Societária, aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debituristas Conversíveis para refletir as alterações indicadas no considerando (C), subitem (ii), deste Edital de Convocação, mediante celebração de aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debituristas Conversíveis (**"Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debituristas Conversíveis"**), de modo que a celebração do Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debituristas Conversíveis não seja considerada um Evento de Inadimplimento que acarrete o vencimento antecipado automático das Debituristas, nos termos da Cláusula 6.2.7.1., (xviii) da Escritura de Emissão;

II) No caso de aprovação das matérias descritas nos itens "I" e "II" acima e item IV" abaixo, a Emissora realizará o pagamento de **Vóto Prévio** a todos os Debituristas, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de publicação da AGD (**"Vóto Prévio"**), nos termos indicados na mais recente Proposta de Administração da Emissora submetida à Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CVM); e (IV) a Emissora deverá encaminhar à Emissora, assinando todos os documentos necessários para formalização das matérias a serem tratadas pela Emissora, incluindo, sem limitação, o Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debituristas Conversíveis, e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral da deliberação objeto dos presentes atas, inclusive com o propósito de atingir o espírito e o objeto dos seus atos. **Informações Adicionais:** Em atendimento à Resolução CVM 81, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: - Acesso e utilização do Sistema Eletrônico: A AGD será realizada por meio da plataforma digital que possibilitará a participação remota dos Debituristas, que serão considerados presentes e assinantes da ata da AGD. O conteúdo da AGD será integralmente gravado pela Emissora. Para participarem da AGD, os Debituristas deverão encaminhar à Emissora, para o e-mail r@entrevias.com.br, ou ao Agente Fideiúscuro, para o e-mail agente.fiduciario@vorb.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da AGD, podendo ser encaminhado até o horário de início da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) documento comprobatório de identificação pessoal, como carteira de identidade ou documento equivalente; (b) documento(s) que ateste(m) a atual situação societária, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, até a data da AGD; (c) documento(s) que comprovem a representação do debiturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (d) quando fundo de investimento, estatuto do contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. Atendendo às condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Emissora enviará um e-mail ao respectivo debiturista, com cópia para o Agente Fideiúscuro, contendo as instruções orientadoras para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debituristas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debituristas. 2) Instrução de Voto à Distância: O Debiturista poderá exercer seu direito de voto por meio do preenchimento do formulário disponível no endereço de Internet de distância, disponível no site da Emissora (www.entrevias.com.br) e no endereço de e-mail para eventos sociais (instrucao.voto@entrevias.com.br). Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debiturista, se pessoa física, e do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do Debiturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto à Distância deverão ser rubricadas e assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataformas eletrônicas, e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados no item 1 acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail r@entrevias.com.br, e ao Agente Fideiúscuro, para o e-mail agente.fiduciario@vorb.com.br. Caso o Debiturista participe da AGD presencialmente, não poderá votar diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto à Distância considerada desconhecida. Este Edital de Convocação se encontra disponível nas respectivas páginas na rede mundial de computadores do Agente Fideiúscuro (<https://vorb.com.br/investidor/operacao?operacaoDataId=11132>) e no site da Emissora (<https://r@entrevias.com.br>). A Emissora e o Agente Fideiúscuro permanecem à disposição para esclarecer esclarecimentos dos Debituristas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral Ordinária.

Sertãozinho, 1 de fevereiro de 2023. **Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**

SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 4, 5 E 6 DE FEVEREIRO DE 2023

ATAS/BALANCOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 5

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão!

À vista com 10% de desconto. **À prazo:** até 8X com sinal de 20% e sem juros; até 24X com sinal de 25% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM; até 78X com sinal de 30% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM. Lela o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. (11) 3550-4066 | 9.7179-0728 – www.Frazaoleiloes.com.br

Tel. (11) 3550-4066 | 9.7179-0728 – www.Frazaoleiloes.com.br

CNPJ/ME N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Cima convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 377ª e 401ª Séries da 4ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, e/ou, citas, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 (“CRI”, “Títulares dos CRI”, “Emissora”, e “Emissora” respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** (“Agente Fiduciário”) e os representantes da Emissora, a reunião em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 23 de dezembro de 2020, às 14h00, no endereço eletrônico <https://www.virgo.org.br>, na plataforma **Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), em termos de edital, a fim de, conforme cláusula 11.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários das 377ª e 401ª Séries da 4ª Emissão da Emissora, celebrado em 03 de novembro de 2020 (Termo de Securitização), para deliberar sobre: a) Aprovar a liberação do montante histórico de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) atualmente retido na Conta Arrecadora em razão do não cumprimento do Montante da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos do item “c)” da cláusula 3.1.9 do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária”). Em contrapartida e em caso de aprovação da referida liberação, será realizado o cancelamento da inscrição da matrícula nº 1425, situado no loteamento denominado “JARDIM AGUA BOA”, objeto de matrícula nº 158.578, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Douados – Estado do Mato Grosso do Sul (“Móvel Nova Garantia”) e b) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível i) no site da Emissora: www.virgo.org.br e ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deseja registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 23 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de Titulares dos CRI que representem a maioria absoluta dos CRI em Circulação e, em terceira convocação, por Titulares dos CRI que representem no mínimo, maioria simples dos CRI em Circulação, desde que presentes na Assembleia Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 25% (vinte cinco por cento) dos CRI em Circulação. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gesta@virgo.org.br com cópia para juridico@virgo.org.br e ao Agente Fiduciário para af.assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, por meio de e-mail eletrônico, e digitalizado pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com o devido e eletrônico e eletrônico e digitalizado pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

CASAS E APARTAMENTOS

Apartamento no Centro, Campos dos Goytacazes/RJ * Casa no Jardim do Sol em Ourinhos/SP * Casa em condomínio no Conjunto Residencial Branca Vieira, Maringá/PR * Apartamento em Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE

À vista ou a prazo conforme o Edital do leilão.
 Leia o Edital no site da leiloeira. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
 Cadastre-se para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141, sala 66 - Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836
Tel. (11) 3550-4066 / 9.7179-0728 | www.FrazaolLloes.com.br

NPJ n° 26.471.796/0001-54 - NIRE 35.230.196.241

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 25/01/2023.

Data e Local: Aos 25/01/2023, às 10h, os sócios da Zyron Geo Importação e Comércio de Soluções para Sustentabilidade Ambiental Ltda., reuniram-se em sua sede social, na Travessa Domingos de Jesus, 139, São João, bairro Conradoni, CEP 13478-132, em Americana, SP, neste ato representada pelo Sócios Alexandre Correa Duarte, a fim de deliberar sobre a seguinte: **Ordem do Dia: (a) Reunião do Capital Social;** (b) **Deliberações:** **Intresse da sociedade, Encargamento, Presença:**

Composição da Mesa: Assumiu a presidência da reunião o Sr. Alexandre Correa Duarte, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, RG 21.822.759-0 - SSP-SP, CPF 139.420.378-07, o qual convidou a quem Virgílio Domini, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, RG 12.549.294 - SSP/SP e do CPF 139.539.938-79, para secretariar os trabalhos, ficando assim constituída a mesa. Iniciados os trabalhos, foi constatada a presença de sócios representantes de 100% do Capital Social, os quais foram devidamente convocados a teor do disposto na cláusula 8ª, §2º do Contrato Social Consolidado, e subscrevem a presente ata. **Formalidades Legais:** Os sócios presentes, que integralizaram 100% do capital social da sociedade, declaram que a Reunião atendeu a todas as formalidades legais.

Deliberações: Colocados em discussão os itens constantes da ordem do dia, por unanimidade e sem reservas, ficou assim aprovado: o sócio Alexandre Pessoa Lins, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, RG 12.549.294 - SSP/SP e do CPF 139.539.938-79, a sociedade, mediante o pagamento de sua participação no capital social, representado por 2/3 do imóvel situado na cidade de Campinas, SP, na Rua Alfredo Ribeiro Nogueira, 820, Casa 5, Jardim São Carlos, CEP 13092-480, Código Cartográfico nº 3423.32.22.7226.01005 e Código do Imóvel 042.153.796, registrado no Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP sob a matrícula nº 88128, Áreas de Construção: útil 167,500 m², comum de 11,823 m² e total de 179,323 m²; Áreas de Terreno: total de 319,388 m², sendo 152,888 m² de área comum e 238,500 m² de área de utilização exclusiva. Assim, o capital social será reduzido, nos termos do inciso II, do artigo 1.082, cumulado com o artigo 1.084, ambos do Código Civil Brasileiro, em R\$ 500.000,00, correspondente às quotas sociais pertencentes ao sócio retirante. Em decorrência desta situação fática e considerando que o capital de R\$ 2.000.000,00 está totalmente integralizado, fica reduzido para R\$ 1.500.000,00, o valor do capital social, ficando assim aprovada a presente proposta de redução das quotas sociais da sociedade. **Encargamento:** Nada mais havendo, o tratado da presente ata, palavrado aos presentes, como ninguém se manifestou, foi lavrada a presente ata, a qual após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, para que produza os devidos fins de direito, ficando desde já autorizada à JUCESP a proceder o competente arquivamento e registro. Americana, 25/01/2023. **Touchdown Assessoria Empresarial Ltda. - Alexandre Correa Duarte; Touchdown Assessoria Empresarial Ltda. - Paulo Sérgio Correa Duarte; Alexandre Pessoa Lins; Virgílio Domini.**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente Edital de Notificação e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultar(a)m-se ou recusar(a)m o recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, fica(m) o(s) **NOTIFICADO(S)** o(s) mutuário(s) abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto-Lei nº 70 de 21/11/66 e das normas complementares do S.F.H. nos termos do artigo 15 da RD 08/70 e artigos 19 e 21 da Lei nº 8.004 de 14/03/1990 e pelo credor exequente a dar prosseguimento e promover a **EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL** da(s) HIPOTECA(S) que oneram o(s) imóvel(is) a seguir descrito(s), em favor da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**. Fica(m) identificado(s), outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de **02/02/2023** para purgar(em) o débito e evitar(em) a execução extrajudicial. Quaisquer informações ou providências deverá entrar em contato com a EMGEA através do telefone 0800-7747-7742 ou pelo site www.emgea.gov.br, ou através do e-mail fabianasilva@adfsp.com.br, telefone nº 11-2791-2274.

Ativos: 81.797.006800 - **SED:** 1297 - **CREADOR:** EMPRESA GESTORA DE CONTRATO - **EMGEA** - AGENTE: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI - **CHP** DEVEDOR(ES): TARCISIO APARECIDO FONTES ROCHA, BRASILEIRO, CASADO, CONTABILISTA, RG. Nº 18.826.463-SSP/SP, CPF. 075.889.078-86. Imóvel sito à RUA LUIZ DE OLIVEIRA, Nº 260, APARTAMENTO Nº 23, BLOCO 5.B, EDIFÍCIO PRÍNCIPE EDUARDO, PORTAL DOS PRÍNCIPES, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP.

São Paulo, 02/02/2023.

COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP

Agente Fiduciário

02. 03 e 04/02/2023

CGU contabiliza 234 casos de sigilo a serem revisados

A Controladoria-Geral da União (CGU) contabiliza 234 casos de pedidos de dados via Lei de Acesso à Informação (LAI) para serem revistos ou reanalisados. A medida decorre de determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela revisão das regras de sigilo de documentos da administração pública federal.

“A partir do despacho do presidente da República foi determinado que fizéssemos revisão e reanálise de casos envolvendo sigilo com base em fundamentos questionáveis, no sentido de banalizar o sigilo e prejudicar a política de transparência pública”, disse na sexta-feira (3) o ministro da CGU, Vinicius Carvalho, ao apresentar um balanço inicial dos resultados obtidos até o momento.

A determinação pela transparência de gastos federais já resultou na divulgação, em 12 de janeiro, de gastos com o cartão corporativo dos ex-presidentes da República entre 2003 e 2022. As informações liberadas abrangem os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

De acordo com a controla-

doria, entre 2019 e 2022 foram registrados 511.994 pedidos de acesso à informação. Destes, 64.571 foram negados total ou parcialmente.

“O que me chamou a atenção foi o fato de que, deste total, apenas 2.510 foram objeto de recurso para a CGU, o que revela que muita gente desiste ao longo do caminho, após ter o pedido inicial negado. Veja que a porcentagem de recursos feitos à CGU é menor do que 5%”, disse o ministro.

Ainda segundo Carvalho, 1.335 dos cerca de 2,5 mil pedidos que foram objeto de recurso receberam uma negativa, como resposta ao pedido de acesso à informação.

Dos 234 casos de pedidos de informação que serão analisados ou revisados pelo órgão, 111 apresentaram como justificativa o fato de envolverem segurança nacional; 35 apresentaram como justificativas questões envolvendo a segurança do presidente da República ou de seus familiares; 49 abrangiam informações consideradas pessoais; e 16 eram relativos à proteção das atividades de inteligência. Ainda segundo a CGU, 23 pedidos foram negados por “outros motivos”.

“A partir de segunda-feira

(6), quem demandou essas informações começará a receber o resultado das decisões da CGU”, informou o ministro.

Carvalho explicou que os números apresentados “falam mais de quantitativo do que qualitativo”, e que dados quantitativos têm de ser olhados com cuidado, porque não dizem muito sobre a questão qualitativa. “Por isso, nos interessam mais os dados relativos aos argumentos apresentados do que números”, disse o ministro.

Segundo o corregedor, o critério foi adotado porque “nos últimos anos testemunhamos alguns retrocessos importantes em relação ao acesso à informação e a toda política de transparência de um governo aberto”.

Tendo por base o material que está sob análise, ele avalia que o governo anterior acabou por “utilizar determinadas ca-

tegorias para ampliar os sigilos, de forma a dificultar acesso à informação”. Ele usou como exemplo de categorias, as de segurança nacional e de proteção de dados pessoais para situações em que elas não se enquadram.

“A transparência é decorrência lógica do princípio da publicidade de nossa constituição, que ajuda e muito no aprimoramento de políticas públicas e no monitoramento da ação governamental. É portanto algo instrumental.”

O ministro evitou falar de casos concretos, quando perguntado por jornalistas. Sua equipe, no entanto, enumerou exemplos que estão sob análise.

Entre eles estão entradas e saídas de pessoas em prédios públicos; o assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco; gastos do ex-presidente Bol-

sonaro com motocicletas; pagamentos de cachês de artistas feitos pela Caixa; casos de empréstimos consignados feitos por beneficiários do Auxílio Brasil; registros de armas de fogo; listas de passageiros em voos da Força Aérea; e compras públicas envolvendo Exército e Forças Armadas.

O ministro lembrou que servidor público que não cumpre a lei de acesso à informação “é passível de responsabilização”, mas que a CGU terá todo cuidado para evitar injustiças ao fazer a análise das motivações de negativas de acesso à informação. “O que avaliamos é o argumento que foi dado”, disse.

A fim de fortalecer o Sistema de Acesso à Informação, a CGU apresentou algumas sugestões a serem adotadas pela administração e por órgãos públicos. Entre elas, fortalecimento

do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; criação de programas de orientação e capacitação; avaliação qualitativa de respostas a pedidos de acesso à informação, com uso de inteligência artificial para reduzir recursos a instâncias superiores; padronização de procedimentos e proposição de atos normativos; e emissão de orientações para harmonização da garantia do acesso à informação com outras legislações e direitos.

A controladoria sugeriu também a promoção da Lei de Acesso à Informação como instrumento de participação social, por meio de articulação junto a organizações da sociedade civil para projetos de orientação e capacitação para o acesso à informação, tanto no âmbito federal como estadual e municipal. (Agencia Brasil)

Suplentes assumem vagas deixadas por ministros do governo Lula

Os quatro suplentes dos senadores que compõe a equipe ministerial do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já assumiram os mandatos na Casa. Ana Paula Lobato (PSB-MA) entrou no lugar de Flávio Dino (PSB-MA), ministro da Justiça e Segurança Pública; Augusta Brito (PT-CE) substituiu Camilo Santana (PT-CE), ministro da Educação; e Fernando Farias (MDB-AL) assume a vaga de Renan Filho (MDB-AL), novo ministro dos Transportes.

A única suplente que não é

estreado é Margareth Buzetti (PSD-MT), que assume a vaga do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro (PSD-MT). Ela já havia substituído o parlamentar no ano passado e agora reassume com a nomeação de Fávaro para governo Lula. Ana Paula Lobato, de 37 anos, é a mais jovem senadora da Casa. Ela pretende dedicar o mandato a causas ligadas às mulheres, à saúde e à educação. Já Augusta Brito, 46 anos, disse que vai trabalhar em conjunto com o governo Lula no comba-

te à pobreza e às desigualdades sociais. Ela destacou a importância da atuação em favor das energias renováveis, como eólica e solar. Enfermeira e empresária do ramo de aluguel de equipamentos e máquinas para construção, é também vice-prefeita de Pinheiro, município da Baixada Maranhense onde passou sua infância e adolescência. Em janeiro de 2022, ela assumiu a prefeitura durante o afastamento de Luciano Genésio por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O empresário Fenando Farias (MDB), 70 anos, nunca ocupou cargo político. Atua no ramo de produção de açúcar, álcool, aguardente e bioeletricidade, gerada a partir da moagem do bagaço de cana. É um dos executivos do Grupo Carlos Lyra, com sede em Maceió, que possui cinco usinas produtoras nos estados de Alagoas, Goiás e São Paulo. Também é proprietário de um shopping center no município de Delmiro Gouveia, no sertão alagoano. (Agencia Brasil)

Maior parte do país mantém queda da Síndrome Respiratória Grave

O novo Boletim InfoGripe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostra a manutenção de um cenário positivo para casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) pelo país. A maioria das unidades da federação (UF) mantém queda ou estabilidade em um patamar relativamente baixo quando comparado com o histórico dos últimos anos segundo os dados da publicação semanal.

O estudo divulgado na sexta-feira (3) aponta, ainda, para sinal de queda nas tendências de longo prazo e de curto prazo, com dados das últimas três semanas. Referente à Semana Epidemiológica (SE) 4, período de 22 a 28 de janeiro, a análise tem como base os dados inseridos no Sistema de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até 30 de janeiro.

Entre os pacientes com SRAG, os números indicam predomínio dos casos positivos para Sars-CoV-2 (covid-19) em todas as faixas etárias a partir de 5 anos, com maior destaque na população adulta. Já entre crianças de 0 a 4 anos o vírus sincicial respiratório (VSR) mantém presença expressiva especialmente no Espírito Santo, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e nos três estados da região Sul. Desses, apenas o Distrito Federal aponta manutenção de patamar elevado de casos de SRAG nessa faixa etária. Os demais já apontam redução nas

semanas recentes.

De acordo com o coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes, os poucos estados com crescimento de SRAG nas últimas semanas mostram um cenário compatível com a oscilação observada em período de baixa. “Eventualmente, temos uma pequena elevação em uma semana ou outra – isso faz com que a tendência aponte para um possível crescimento, mas dentro de um cenário compatível com uma flutuação natural”, avaliou o pesquisador.

Estados e capitais

Das 27 unidades da federação, apenas Acre, Amazonas e Maranhão apresentam crescimento na tendência de longo prazo até a semana 4. No Amazonas e Maranhão, o volume de casos semanais ainda é baixo em relação ao histórico, e os dados por faixa etária são compatíveis com um cenário de oscilação. No Acre, há aumento entre as crianças e a população adulta.

Cinco das 27 capitais apresentam crescimento na tendência de longo prazo até o mesmo período: Macapá (AP), Manaus (AM), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e Vitória (ES). Em Rio Branco, o crescimento se concentra principalmente entre crianças. Nas demais quatro capitais, os dados por faixa etária sugerem que o crescimento se refere a oscilação em torno de patamar baixo. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1132474-50/2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de Abrahao zarzur, por seu representante legal Claudio Zarzur, Edifício Minister, pelo síndico, Espólio Roupem Tilkian e Aline Tilkian, Espólio de Roberto Luft e Jaqueline Eluf Luft, Adalberto Philippe Azer Maluf, Espólio de João Daher e Espólio de Roberto Luft, pela representante Flavia Eluf Luft, réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Leonor da Rocha Souza e Therezinha da Rocha Souza ajuizou(ram) ação de USUCAPÍPIO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua das Palmeiras, nº 381, apto. 1.502, Santa Cecília, São Paulo-SP, CEP 01226-010, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. B - 04 e 07/02

EDITAL DE CITAÇÃO 12ª VARA CÍVEL PROCESSO 1115411-36.2021.8.26.0100 - FAZ SABER a KAZI MODA BRASIL COMÉRCIO E CONFECÇÕES, CNPJ 21.505.576/0001-80, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação de Cobrança por BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, alegando, em síntese, que em 11/12/2017 a parte ré contratou o Desconto de Recebíveis – Condições Reguladoras sob nº 005094703274001695. Contudo deixou de adimplir com suas obrigações desde 08/02/2018, possuindo um débito para com o autor de R\$ 111.258,52 quando da propositura da ação em 08/02/2022. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. São Paulo, 21 de setembro de 2022. B 03 e 04/02

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1132315-05.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Diódete de Souza dos Santos, Elizabeth Gasparino dos Santos e Condomínio Residencial Jardim Celeste V, por seu síndico, réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Maria Helena Lazari e Teresa de Fátima Alexandre ajuizou(ram) ação de USUCAPÍPIO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Antonio Guarnierino, nº. 113, apartamento 132-C, bloco 3, e respectiva vaga de garagem - Água Funda, São Paulo, SP, CEP 04195-140, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J - 04 e 07/02

Auto Dicas

Super Encontro de Carros Rebaixados ao lado de Senna

Cerca de mil carros serão expostos domingo nas laterais da escultura gigante de Ayrton Senna, no Autódromo de Interlagos



Os carros rebaixados ocuparão todas as áreas ao lado da escultura de Senna. A escultura “Nosso Senna”, de 3,5 metros de altura, será o ponto central do 3º Encontro Tal dos Meia Altura, que neste domingo (5 de fevereiro), das 9 até 15 horas deverá receber um público superior a 3 mil pessoas no Autódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo. O palco de um dos maiores encontros de carros temáticos no Brasil, abrigando cerca de 1.000 veículos rebaixados,

será no setor A, em frente do início da reta dos boxes, com vista total para as corridas do dia.

A obra feita de alumínio, e que além do gigantismo pesa 550 quilos, foi criada por Lalalli Senna (nome artístico de Paula Senna Lalli), artista plástica sobrinha do tricampeão mundial de Fórmula 1 Ayrton Senna. A ideia da gestão municipal da capital é quebrar o

muro do autódromo e transformar o ponto em um local de turismo para os paulistanos. “Enquanto isto não acontece, o Encontro Tal dos Meia Altura é uma excelente oportunidade para visitação tanto desta maravilhosa obra, como assistir cerca de dez corridas que acontecerão durante o dia no circuito onde Senna venceu em duas oportunidades, e conhecer aproximadamente mil carros rebaixados. Espero que esse pacote de atrações fique marcado como um dos eventos mais top do estado de São Paulo e do Brasil”, acredita Erick Augusto da Silva, organizador do Encontro Tal dos Meia Altura desde 2021.

A diversidade entre as diferentes marcas e modelos de carros rebaixados, desde os mais antigos para os atuais   o que atrai o público, tanto os curiosos quanto os apaixonados por esse segmento de veículos. Todos devem seguir regulamentac o do Detran e Inmetro, e constar na documentac o dos veículos. Estes carros são divididos entre rebaixamento fixo, rosca e suspensão a ar.

“Sempre fui apaixonado por essa categoria de carros rebaixados e o meu maior objetivo foi criar um Encontro em São Paulo no qual conseguisse reunir carros de diferentes equipes e clubes nesse meio de rebaixados. E desta vez estaremos recebendo carros de diversos

outros estados!”, completa Erick.

No 3º Encontro Tal dos Meia Altura serão premiados o Carro Destaque, o Carro que percorreu a maior distância para chegar ao Encontro e a Maior Equipe. Também serão sorteado entre os participantes um jogo de rodas da Rodolfo Rodas.

Serviço:

3º Encontro Tal dos Meia Altura
Dia: 5/2 (domingo), das 9 até 15 horas
Local: Autódromo de Interlagos
Av. Sen. Teot nio Vilela, 261 - Interlagos
Entrada Port o 7
Ingresso: R\$ 10 por pessoa
Instagram: @taldosmeiaaltura



Escultura de Ayrton Senna tem 3,5 metros de altura

Importados

Toyota lança RAV4 2023

A Toyota anuncia a chegada do RAV4 2023, fortalecendo a sua estratégia de oferta de veículos eletrificados no País. O RAV4 SX Connected Hybrid está disponível nas concessionárias da marca no País por R\$ 322.890,00, com novos itens de segurança, como Assistência de Permanência de Faixa (LTA), e de conveniência, como multim dia com tela de oito polegadas e monitor de visão 360  (Panoramic View Monitor – PVM).

O SUV híbrido, oferecido em versão única, alia modernidade, sofisticac o e conforto, além de proporcionar uma experiência de condu o prazerosa e eficiente, graças ao motor 2.5 L DOHC 4 cilindros que, combinado aos três motores elétricos, resulta numa potência máxima de 222 cv.

A Toyota também oferece o novo RAV4 2023 para aluguel, por meio da KINTO e de seus serviços KINTO One Personal, de assinatura de veículos 0km, KINTO One Fleet, focado em gestão de frotas corporativas e KINTO Share para clientes que precisam alugar modelos da marca por horas, dias ou semanas. Para saber mais, acesse <https://kintomobility.com.br/>.

Nova multim dia e pacote completo de conveniência

O SUV mais vendido do mundo apresenta novidades no sistema multim dia. Na linha 2023, ele chega com tela de alta resolu o HD de oito polegadas, com rádio AM/FM, fun o MP3, entrada USB e conexão para smartphones e tablets, por meio do espelhamento com Android Auto ou Apple CarPlay. O novo RAV4 também passa a contar com sistema de navega o própria. O com-

putador de bordo tem tela TFT colorida de oito polegadas, que facilita a visualiza o do condutor. Já o monitor de visão 360  (Panoramic View Monitor – PVM) agrega, no modo de exib o do display, suporte ao motorista na identifica o de movimentos ao redor do veículo combinando uma câmera frontal, uma em cada lateral e uma traseira.

No quesito itens de conveniência o SUV dispõe de ar-condicionado digital de duas zonas, com sistema S-Flow e abertura e fechamento da tampa do porta-malas com acionamento por chave ou pelo sensor de movimento, localizado debaixo do para-choque traseiro. Além disso, o console central vem equipado com carregador de celular por indu o.

Segurança aprimorada

Agora, o modelo passa a contar com a Assistência de Permanência de Faixa (LTA), que tem a fun o de observar as marcações da estrada e fazer ajustes para auxiliar o condutor a manter sua posi o, com suporte de dire o extra e alerta sonoro. Além da câmera de reconhecimento frontal, o sistema LTA também utiliza o conjunto do sensor de radar de ondas milimétricas e o sensor de monitoramento de ponto cego (BSM) para reconhecer veículos   frente e ao redor, fornecendo informações ao condutor e realizando assistência de dire o de acordo com as condições da estrada ou de condu o. Além disso, o RAV4 conta com Alerta de Tráfego Traseiro (RCTA) e alerta para utiliza o dos cintos de segurança traseiros.

O Toyota Safety Sense (TSS) segue presente no SUV, com o Sistema de Pr -



Colisão Frontal (PCS), que também detecta pedestres e ciclistas, com frenagem automática de emergência. O Controle de Cruzeiro Adaptativo (ACC) foi melhorado e pode ser ajustado em todas as velocidades. Também fazem parte do pacote, o Sistema de Alerta de Mudança de Faixa com Condu o Assistida (LDA) e Farol Alto Automático (AHB). Vale ressaltar que todos esses sistemas são projetados para auxiliar o motorista em situações adversas de dire o, e não para substitui o.

A lista de segurança do veículo inclui sete airbags: dois frontais, dois laterais, dois de cortina e um de joelho, para o motorista. Também estão inseridos Controle de Estabilidade (VSC), Assistente de Partida em Rampa (HAC), freios ABS com

EBD, Assistência   Frenagem de Emergência (BAS), Luzes de Freio de Emergência (EBS) e dois pontos de ancoragem Isofix, com dois pontos de amarra o superior. O RAV4 ainda conta com Controle de Traço (TRC).

Design aprimorado

O novo RAV4 2023   conhecido por ser referência de qualidade e elegância. Para acompanhar esses atributos, o utilitário conta com bancos revestidos de couro com detalhes de material sint tico premium. Já o volante e a manopla de câmbio receberam cobertura de couro, com detalhes prata, igualmente presentes nas maçanetas.

O acabamento   na cor black piano com prata, ambos com detalhes cromados. Por

fim, o RAV4 possui teto solar wide moonroof com abertura elétrica e sistema de ilumina o ambiente com leds, para acentuar os detalhes do design e dos materiais interiores.

Motoriza o

Sob o cap , o SUV   equipado com a motoriza o 2.5L DOHC, quatro cilindros 16V VVT-iE de 178 cv a 5.700 rpm e torque de 22,5 kgfm a 3.600 rpm, e três motores elétricos THS II de 120 cv e 20,6 kgfm de torque, que combinados, resultam numa potência máxima de 222 cv.

A transmissão também   a conhecida Hybrid Transaxle, que entrega acelerações mais lineares, reduz ou aumenta continuamente as marchas e pode gerar alto torque em baixas rotações, o que permite maior controle da condu o sem desperdiçar energia, aumentando a eficiência no consumo de combustível.

Ainda estão disponíveis quatro modos de condu o (Normal, Eco, EV e Sport), que se adaptam a diferentes modos de condu o e terrenos.

O RAV4 2023 possui traço integral e conta com suspensão McPherson, com barras estabilizadoras, na dianteira, e wishbone, com barras estabilizadoras, na traseira. Essa configura o ajuda a melhorar as respostas do conjunto AWD e garante maior controle de torque dinâmico e estabilidade no veículo.

Como todos os produtos da marca Toyota no Brasil, o RAV4 tem garantia de 5 anos, com o acréscimo de 3 anos em garantia para o sistema híbrido, ou 100 mil km (o que ocorrer primeiro).

Motos

Honda CBR 1000RR-R Fireblade SP 2023

Disponível na rede de concessionários Honda Dream a partir deste mês, modelo será oferecido na exclusiva e numerada “Special Edition 30th Anniversary”, que reproduz o lay-out da Fireblade pioneira de 1992, além do grafismo “Grand Prix Red” — inspirado nas cores da HRC

Desenvolvida sob a supervisão do HRC - Honda Racing Corporation -, o modelo lançado no Brasil em 2021 recebe pontuais aperfeiçoamentos que não a revolucionaram tecnicamente, mas visam melhorar ainda mais características do motor, manevrabilidade e aerodinâmica para oferecer performance ainda melhor em pista.

Capaz de satisfazer os mais experientes e talentosos pilotos profissionais assim como aqueles que querem aprimorar suas capacidades em track-days ou treinos sem press  es competitivas, a CBR 1000RR-R Fireblade SP 2023 recebeu modificações que aperfeiçoaram a resposta do motor em baixas e m dias rotações, beneficiando as acelerações em saída das curvas. O sistema de controle de traço HSTC está agora mais afinado, o que resultou em maior sensibilidade do acelerador.

Na versão 2023, o motor tetracil ndrico em linha da Fireblade SP manteve inalterada sua potência e torque máximos: 217,5 cv de potência máxima a 14.500rpm, e torque máximo 11,5 kgf.m a 12.500 rpm. Ultracompacto, este moderno motor conta com pistões de alumínio forjado e bielas de titânio. A caixa do filtro e os canais das tomadas de ar que a alimentam foram redesenhados para otimizar os fluxos, assim como os dutos de admissão ajustados para aumentar a velocidade do fluxo de ar. O mesmo ocorreu com os dutos dos gases de escape, que chegam ao catalisador de modo mais eficiente, o que foi obtido pelo novo desenho da porão intermediária do sistema de escape 4-2-1.



A carga da mola de retorno do sistema TBW de acelerador el tr nico foi reduzida, o que em conjunto ao ajuste do sistema HSTC de controle de traço deu ao piloto uma conexão mais precisa entre punho do acelerador e roda traseira

Os Riding Modes combinam quatro pa-

râmetros: potência (P), freio-motor (EB), anti-wheeling (W) e sistema HSTC (T). O Launch-control regulável e o Quickshifter revisado fazem parte deste sofisticado pacote el tr nico da Fireblade 2023.

O chassi de arquitetura Diamond em alumínio se vale da parte traseira do motor para fixar o conjunto mola-amortecedor  hlins TTX36 Smart-EC totalmente regulável, que está ligado a uma balança de suspensão de alumínio longa por intermédio de articulações (links). O desenho desta balança assim como aparatos aerodinâmicos como as aletas laterais, para lamas e parte inferior da carena-

gem derivam da RC 213V, a máquina usada pela Honda na MotoGP. A suspensão dianteira, uma sofisticada  hlins NPX com tubos de 43 mm , se vale do sistema  hlins S-EC — Semi active Electronic Control. Quanto aos freios, discos dianteiros de 330 mm  contam com c lipers Brembo Stylema de quatro pistões. O sistema ABS prevê ajuste para uso em pista.

A plataforma inercial IMU de seis eixos monitora os parâmetros dinâmicos da Fireblade e atua ajustando em tempo real os diversos dispositivos destinados ao controle, incluindo os três níveis do amortecedor de dire o el tr nico HESD — Honda Electronic Steering Damper e o sistema que reduz a prop ns o da roda traseira se levantar do solo em frenagens fortes — Rear Lift Control.

O painel com tela TFT de 5 polegadas pode ser totalmente personalizado e   bastante intuitivo, com sua gestão sendo realizada por botão no punho esquerdo. A praticida-

de do sistema Smart-Key   outro detalhe relevante da Honda CBR 1000RR-R Fireblade SP.

Por se tratar de um modelo comemorativo dos 30 anos de lançamento da primeira Fireblade, o modelo será oferecido em duas vers  es cromáticas: a clássica tricolor, que reproduz o grafismo das Fireblade usadas no Campeonato Mundial de Superbike pela equipe HRC e a versão que reproduz em versão atualizada os grafismos e cores da versão pioneira de 1992, em uma versão comemorativa com aplica o do logo “30th Anniversary” no tanque, na Smart Key e na ponteira de escape Akrapovic de titânio, além de numera o gravada na mesa superior da suspensão dianteira.

A garantia   de três anos, sem limite de quilometragem. Os preços sugeridos (base Distrito Federal) são: Honda CBR 1000RR-R Fireblade SP: R\$ 193.500; e Honda CBR 1000RR-R Fireblade SP 30th Anniversary: R\$ 198.500,00.

Expediente